

# LÍNGUA, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA:

uma discussão sobre os usos da linguagem.

Language, colonization and resistance: A discussion on the uses of language.

Cristiane da Rosa Elias<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 19/12/2019.

Artigo aceito em: 29/02/2020.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as formas de dominação através da linguagem para a disseminação de modos de ser e pensar aos povos da África e do território que viria a se tornar o Brasil. Nesse movimento, necessitamos também compreender as permanências e imposições desses grupos e suas possibilidades de articulação nesse contexto, que acabou por gerar uma linguagem própria, o português brasileiro. Para entender como se deu a comunicação nesse cenário, consideramos o papel da Companhia de Jesus para a estruturação da exploração colonial e as estratégias estabelecidas pelos grupos submetidos, a partir do pressuposto de que, dada a sua diversidade, uma delas foi a criação de novas linguagens, que disputavam com o português. Assim, era possível a resistência também através da fala, que nascia a partir das línguas africanas, de um mesmo tronco linguístico, formuladas e reformuladas na dinâmica social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resistência, línguas africanas, colonização e Companhia de Jesus.

## ABSTRACT

This work aims to reflect on the forms of domination through language for the dissemination of ways of being and thinking to the peoples of Africa and the territory that would become Brazil. In this movement, we also need to understand the permanences and impositions of these groups and their possibilities of articulation in this context, which ended up generating a language of its own, Brazilian Portuguese. To understand how communication took place in this scenario, we considered the role of the Society of Jesus in structuring colonial exploration and the strategies established by the groups submitted, based on the assumption that, given their diversity, one of them was the creation of new languages, which disputed with Portuguese. Thus, resistance was also possible through speech, which was born from the African languages, of the same linguistic trunk, formulated and reformulated in the social dynamics.

**KEY WORDS:** Resistance, African languages, colonization and Company of Jesus.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História e Regiões Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1905570157484174>; E-mail: cristianeeliasuerj@yahoo.com.br.

## Introdução

No projeto de colonização existiu a associação entre a Coroa portuguesa e a Igreja<sup>2</sup> que, na tentativa de buscar certa autonomia desafiou colonos e poderes locais, adquirindo força econômica e reconhecimento político de autoridades coloniais em várias regiões da América devido sua atuação junto às populações indígenas (ALMEIDA, 2006), a Companhia de Jesus se tornou um verdadeiro "Estado dentro do Estado" no Brasil Colonial, acumulando vasto patrimônio territorial, liderando a ação missionária<sup>3</sup> (VAINFAS e SOUZA, 2002). Os inacianos – jesuítas – tinham ao seu lado os índios aliados, o estabelecimento e manutenção de aldeias coloniais, estratégias para a expansão portuguesa principalmente nos séculos XVI e XVII.

Já os franciscanos, carmelitas e beneditinos, apesar de terem sido religiosos ricos no Rio de Janeiro, não se destacaram na “prática missionária” e nem em atividades para os serviços do Rei como os jesuítas. Assim só conseguiremos compreender os poderes e privilégios alcançados pela Companhia de Jesus ao entender que existia uma extrema dependência dos colonizadores para com os índios, nesse período. Os jesuítas foram relevantes durante os dois séculos iniciais como “agentes indispensáveis”, pois eles estabeleciam as aldeias coloniais e as mantinham em funcionamento. Já que os índios eram “capital social básico utilizado para dar início ao processo de colonização” (SAMPÃO *apud* AMANTINO, 2006, p. 117).

Em relação aos escravizados desses religiosos, Marcia Amantino (2013), nos fala que nas Américas podemos perceber que os jesuítas foram peça principal para a economia colonial, possibilitando-os serem donos de terras e cativos – indígenas ou negros. A autora ressalta que em meados do século XVIII a Companhia de Jesus foi

<sup>2</sup> Através da Ordem dos Jesuítas (Companhia de Jesus – criada na Europa da Contrarreforma com o objetivo de expandir a fé), foi a primeira estabelecida na América portuguesa, com o objetivo de catequizar os índios e os inserir à ordem colonial. Logo no século XVI os padres fundaram colégios, ministraram aulas de “ler, contar e escrever” para a glória de Deus (VAINFAS e SOUZA, 2002, p. 11).

<sup>3</sup> Chegaram os jesuítas à Bahia na armada que trouxe Tomé de Souza, com cinco padres e tendo à frente Manuel de Nóbrega, um dos primeiros quadros da Companhia de Jesus (VAINFAS e SOUZA, 2002) e, paralelamente, começaram a dirigir-se à África: estiveram no Congo em 1547, Angola em 1560, Moçambique em 1607 e em 1604 iniciaram a missão de Cabo Verde e, posteriormente à Guiné e Serra Leoa (VENTURA, 2015, p. 11).

a instituição que possuía o maior número de escravos no continente americano e que não houve vozes dentro da companhia que contraditasse esse sistema compulsório na América, pois um modelo de senhor e cativo era esperado pela Ordem e, com base em dois pensadores jesuítas, Jorge Benci e André João Antonil<sup>4</sup>, podemos perceber que existia uma consciência de que sem a escravidão não se conseguiria extrair riquezas no Brasil.

A autora traz ainda uma análise com base nos números de cativos que os jesuítas tinham em suas diversas propriedades. Um dado interessante é a preocupação com o equilíbrio sexual, que deveria existir nos engenhos dos padres, justificado como forma de propiciar formação de famílias entre os escravizados, modelo propagado pelos padres para os senhores de escravos como um dever desses para com a fé cristã. Assim, o projeto missionário da Companhia de Jesus se estruturou com base nos índios e negros para a conquista de terras e riquezas, acabando por se tornar uma ameaça para “as principais monarquias católicas”, a medida em que, sua essência era percebida como uma ordem mundial que acabava por controlar a colonização e os cativos, negros ou indígenas, essenciais para o sucesso da missão na América.

### Instrumentalização da língua: entre a Cruz e a espada?

Os jesuítas abandonaram o latim e se utilizaram do tupi e "A arte de gramática de *lingoa* mais usada na costa", composta por José de Anchieta<sup>5</sup>. A "língua geral", com base no tupi, veículo de tradução linguística e cultural do catolicismo para as culturas nativas, foi utilizada para realizar confissões, *autos* e o teatro litúrgico com o qual se misturava cultura nativa e heróis da mitologia tupinambá (VAINFAS e SOUZA, 2002).

No mesmo sentido, a “Arte da língua Angola”, publicada em 1697, foi a

<sup>4</sup> LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50. 2012, pp. 352-369. E, LARA, S. H. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. In: Feldman-Bianco, Bela; Miguel Vale de Almeida; Cristiana Bastos (Org.). **Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 205-225.

<sup>5</sup> José Anchieta, mestre de gramática latina no colégio de Piratininga compôs esse instrumento que era utilizada pelos padres já em 1555, mas só publicada quarenta anos depois, em Coimbra.

gramática formulada por Pedro Dias, padre da Companhia de Jesus que objetivava a disseminação da língua de Angola - atualmente designada como quimbundo, aos outros padres jesuítas para assim esses poderem catequizar e confessar os negros escravizados. E este oferece a obra à “Virgem e Nossa Senhora do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos pretos”. Esta obra é a primeira de duas produzidas e desenvolvidas no Brasil colonial em relação às línguas africanas, sendo a outra de, língua geral de *mina*, desenvolvida por, Antônio da Costa Peixoto, com o nome de “Obra nova de Língua Geral de Mina”. Esta obra, cujo manuscrito data de 1741, só publicada em 1944, consiste em um vocabulário, por este reunir um conjunto de palavras e frases da, língua geral de mina, que ajudaria os senhores, em especial, no controle de seus escravos ao entender o que eles falavam<sup>6</sup>.

Logo no início da gramática de Dias, existe o item licenças em que diversas autoridades e conhecedores da dita língua fizeram comentários sobre está, em relação à sua publicação, e à sua importância para ajudar a iniciação dos *principiantes* ao conhecimento do quimbundo. Dentro dessa permissão estão os consentimentos da Companhia de Jesus, do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço.

Observando a obra, “Arte da Língua de Angola”, de Pedro Dias, é possível relacioná-la com alguns documentos compilados na, “Monumenta Missionária Africana”, organizada pelo também padre, Antonio Brásio. Entre esses documentos, analisaremos a “Carta de Vetralla à Propaganda Fide” de 1650, da série I do vol. 10; a “Carta de Paulo Novais” de 1578, da série I, vol. 4 e, por fim, a “Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola” de 1678, da série I, vol. 13.

O primeiro documento, de 12 dezembro de 1650, consistia em um pedido do frei Jacinto Vetralla (Giacinto Brugotti Vetralla) à Propaganda Fide para a liberação de impressões da “Doutrina Cristã” para que ele e o frei Boaventura pudessem utilizar em suas missões pela costa africana. Através desse pedido, é possível ver que existia um cuidado em relação ao que se publicava, para não estar em

---

<sup>6</sup> DIAS, Pedro. **Arte da língua de Angola**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697 e PEIXOTO, Antonio da Costa. **Obra nova da língua geral de mina**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.

desacordo com a doutrina cristã.

Ao leremos as licenças na obra de Dias, percebe-se essa mesma preocupação quanto ao conteúdo da “Arte da língua de Angola”. Neste, é avaliado se o conteúdo da gramática fere de alguma forma a doutrina cristã, sobretudo, os seus dogmas e bons costumes. Lembremos aqui que impressões, publicações e leitura constituíam partes relevantes da manutenção das ordens religiosas<sup>7</sup>, que tinham necessidade de instrumentos linguísticos para realizar o projeto missionário com os povos não europeus.

Assim, é interessante perceber como a gramática, “Arte da língua Angola”, estava inserida em um contexto em que várias obras eram produzidas, formando uma rede de doutrinação de africanos e índios a partir da apropriação de sua(s) língua(s) e de conhecimentos sistematizados na forma de vocabulários, gramáticas e catecismos, utilizados não só para catequizar, mas para transmissão do modo de vida europeu, “civilizando-os”. Em documento de 23 de agosto de 1578, observamos que a atividade missionária introduzia os africanos no seio da cultura cristã através, por exemplo, da música, no domínio de instrumentos que reproduziam um modo de ser e viver “mais próximo de Deus” transformando-se assim em objetos de exemplo e vitória do projeto missionário.

Os negros caõtaõ toda a missa pequena de Morales e o motete de Saõto André a simco e huã Pamge limqua de Guerreyro e a tangem nas frautas cõ outras cousas ordinárias [co]m braua abiñidade e muyto afynados (Carta de Paulo Novais, 1578, Brásio, Antonio. MMA, série I, vol. 4, 1469-1599, p. 302).

No mesmo documento, observamos outro aspecto interessante para pensar a circulação das línguas africanas no contexto das ações portuguesas em Angola, onde:

Caterina Aluares pario um filho e ficou muito mais formosa do que era e sem lustros artificiais e todos os seus meninos muito bem. E a sua Caterina fala ambundo melhor que quantos negros há em estas partes (Carta de

<sup>7</sup> Principalmente se considerarmos que por trás de noções como linguagem, cultura, escrita e literatura se esconde a noção de poder (REIS, 1992, p. 68).

Paulo Novais, 1578, Brásio, Antonio. MMA, 1469-1599, série I, vol. 4, p. 302).

Podemos supor que portugueses e familiares eram levados a se comunicar em línguas locais, como se observa na referência à menina Caterina, que entre seus atributos estava o de ser fluente na língua bunda, sendo capaz de falar melhor que muitos nativos dali.

Dentro desse contexto temos uma carta de, Aires de Saldanha de Meneses e Sousa, Governador de Angola – de 5 de novembro de 1658 – demonstrando sua insatisfação em relação aos padres por não estarem cumprindo as missões pré-estabelecidas no território. Os religiosos justificam-se com base nos altos índices de mortalidade de religiosos europeus na região e, além disso, os padres enfrentavam o problema interno em relação ao ensino do português para os filhos dos brancos que lá nasciam ou se mudavam. Estes, não sabiam o português como os alunos de Lisboa e, por isso, os religiosos temiam que acabariam falando a língua da terra, talvez como a menina Caterina e isso não era bem visto dentro do projeto que os religiosos planejavam, pois a língua africana em questão não era considerada uma língua culta, do conhecimento e cristã, sendo representativa daquilo que tentavam transformar.

Com tanta utilidade, é coisa patente a todos; pois além da doutrina, e boa criação da juventude (o que não custa pouco trabalho aos Mestres, porque as índoles não são como dos naturais de Lisboa). É dito comum, que os filhos dos brancos não saberiam falar a língua portuguesa, se na escola, e classe a não aprendessesem, e não só acodem os Mestres ás cadeiras, mas também aos púlpitos, com o Reitor e mais Pregadores (Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola, 1678, Brásio, Antonio. MMA, série I, vol. 13, p.455-456).

Nesta carta de dez laudas, encontramos também informações preciosas, dentre as quais destaca-se o uso de intérpretes e tradutores das confissões:

Neste Colégio estão dois Religiosos acabando os seus estudos e fazendo-se juntamente bachianos<sup>8</sup> para se deputarem ao sertão. Temos ordem para se receberem dois sujeitos, filhos da terra, que andamos escolhendo, e experimentando; porque como sabem a língua da terra serviriam melhor as confissões dos negros (Brásio, Antonio. MMA, Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola, série I, vol. 13, p. 457).

<sup>8</sup> Baquianos, eram os soldados veteranos, condecorados do terreno e perito na guerra.

Nesse período, tais missões eram muito importantes para a conquista do interior, ainda que igualmente complicadas para os padres, pois muitos deles morriam nos sertões em busca de cumprir seus deveres religiosos – já que o clima e as condições do ambiente não lhes eram favoráveis. E a solução para esse problema que os religiosos viviam foi usar dos próprios “gentios” para esses deveres missionários. Os padres explicavam que não entrariam mais no sertão, pois muitos de seus companheiros religiosos perderam sua vida por lá, por não aguentar as condições do sertão de Angola. Por esta razão diziam que muitos deixavam Portugal para morrer em África. Em um trecho retirado do mesmo documento, podemos notar, através da escrita poética e comovente, o problema em relação às mortes dos missionários jesuítas em terras africanas:

Porém o tempo ensinou a considerar duas coisas. Primeira os muitos Religiosos que morriam, porque não tendo casa própria e andando de libata<sup>9</sup> [de aldeia em aldeia] em libata, o clima, que sendo todo mau, nem em toda a parte é o mesmo, os consumiu em breves dias, e se nesta forma se continuasse, eram poucos todos os Religiosos de Portugal, para virem morrer em Angola, e por esta causa, os negros na sua língua, para distinção dos mais Religiosos, e Clérigos, ainda hoje nos chamam Ganga Mujiem, que quer dizer sacerdote que estão em toda a parte, ou em toda a parte estão enterrados; porque a cada passo neste Sertão, estão sepultados ao pé das árvores Religiosos da Companhia. (Brásio, Antonio. MMA, Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola, série I, vol. 13).

Com o intuito de pensar a importância da língua e dos diferentes usos que se fez dela para a doutrinação de povos pagãos, tentaremos aqui analisar essa forma de dominação através da língua, da religião e da doutrinação propostas pelos jesuítas. Pretendemos também compreender como esses africanos se movimentavam no seio desse projeto catequizador em meio a um contexto que pode ser a chave para se entender a escravidão institucionalizada nos dois lados do Atlântico.

Lembremos aqui as contribuições de John Thornton que traz a importância do catolicismo na África, especificamente no chamado África Centro-ocidental, entre os séculos XVI, XVII e XVIII em que observa e analisa as recriações do catolicismo pelos africanos o que posteriormente ele chamará de catolicismo africano. Marina de

<sup>9</sup> Libata é o termo usado no documento e que quer dizer, de casa em casa.

Mello e Souza complementa essa visão quando olha para o Brasil e percebe os processos de sincretismo, aculturação, transculturação, encontro de culturas vindas com os africanos no processo de diáspora e que culminará em um de seus livros; “Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de Rei Congo”. Esses nomes entre outros aprofundaremos mais com o desenvolvimento e na continuidade da pesquisa.

### **Um rio de mar a mar<sup>10</sup>**

Verificamos que as línguas africanas tinham muita força dentro de seu território, pois membros de famílias ricas se comunicavam ou tinham conhecimento da língua da terra – quimbundo – e por isso o trabalho dos padres jesuítas tinha que ser constante e bem organizado. Como percebido no documento, Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola, existia um medo de que as línguas africanas dominassem o convívio, inclusive das elites e brancos de Angola. Consequentemente, esses dados nos levam a supor que a troca e convívio eram constantes e próximos, como no Brasil da escravidão e até mesmo depois dele. Esse convívio entre negros, escravizados, e senhores brancos marca a construção de nossa história e identidade, se tornando objeto de literatos e historiadores<sup>11</sup>.

Nesse sentido, temos o trabalho de Lima (2009) que, ao discutir a formação da língua nacional no Brasil do século XIX, aponta aspectos políticos, sociais e simbólicos do uso das línguas, literatura, imprensa. A autora mostra que essa língua era um amontoado de cores e falas cada vez mais padronizada, divulgada e imposta pela imprensa. Para nós é relevante pensar que para os escravos não era destinada a educação, mas esses tinham que saber falar e aprender o português, se sujeitando ao senhor e tornando-se escravos. Para, Heliana Mello (2008), a questão da mudança

<sup>10</sup> O título se trata de um samba-enredo de 2014 da escola Portela **Um rio de mar a mar**: do Valongo à Glória de São Sebastião.

<sup>11</sup> Por exemplo em obras como **O cortiço** de Aluizio Azevedo, que relata as relações afetivas e sexuais entre seus personagens; **Cidade Febril** e **Trabalho, lar e botequim** e visões da liberdade, de Sidney Chalhoub que, ao pensar a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, acaba por problematizar as relações raciais e os conflitos em uma cidade permeada por visões coloniais e por uma mentalidade escravocrata.

linguística ocorre tanto sincronicamente como diacronicamente, ou seja, a língua é formada dentro de uma variedade e um mesmo momento no eixo temporal.

Tania Alkmim (2008), mostra como os africanos e seus descendentes eram vistos através das literaturas. Para isso ela contextualiza algumas obras diferenciando língua de preto e língua de branco. A autora percebe que o que existia no Brasil era um português de letrados e de não letrados, sendo os não letrados (brancos, mestiços e negros) que não dominavam o português da metrópole. Alkmim, apresenta em seu texto um estudo que observa os vícios de fala dos negros e crioulos em obras literárias, que nos dão uma dimensão de quanto esse assunto foi debatido e um marco na maneira de distinguir sujeitos, estereotipando-os pela maneira como falavam.

Assim, a falta de domínio da língua do branco era vista e interpretada como próprio de indivíduos grosseiros e socialmente inferiores. Entretanto, isso não significava que eram só negros os inferiorizados por isso, pois foram representados personagens brancos em obras do século XIX pouco escolarizados ou até mesmo não escolarizados e que tinham uma linguagem diferente da “língua do branco” como a própria autora Alkmin usa e distingue.

Tal autora coloca aqui a questão da variação regional e social da época e para isso cita algumas obras, como as peças: “O defeito de família” (1871) e “As doutoras” (1889), de França Júnior; a “Casa de pensão” (1884), de Aluísio Azevedo, a peça “A mascote na roça” (1882), de Artur Azevedo e um conto, “Praça de escravos” (1886), de Valentim Magalhães, entre outras. Assim, o artigo nos traz alguns indícios seguros da proximidade da “fala de crioulo” – livres ou escravo – negros ou mestiços com a fala dos brancos pouco escolarizados.

Reafirmando a ideia já expressa, retomamos Mello (2008), para quem a formação do português brasileiro teve como aportes as contribuições indígena e africana, que transformaram profundamente o português de Portugal. Depreendemos que o português não era um problema só para os escravizados, mas também para sujeitos, pobres sem acesso à educação, como observado por Alkmim (2008). Entretanto, mesmo partilhando de algumas situações de pobreza e miséria os negros

estavam sujeitados a condição de escravos ou de “elementos perigosos”<sup>12</sup>.

Mesmo com seu português “estropiado”, os africanos contribuíram para sua difusão, não sendo para estes apenas uma forma de dominação, mas uma possibilidade de liberdade. Assim, a partir do domínio da língua do opressor poderiam se passar por crioulo ou liberto (LIMA, 2012) e, nesse sentido, ter o domínio do português também era ter mais possibilidades dentro de um sistema de dominação.

Interessante é observar esse percurso com base nas ideologias, identidades coletivas, unidade e alteridade existentes. Pierre Guisan (2009), ao pensar as gramáticas cristãs, nos mostra o jogo político, econômico e religioso a partir de como tanto o Estado como a igreja se utilizavam da construção de indivíduos boçalizados e incivilizados, na qual a alteridade era hierarquizada em relação ao indivíduo branco, mas que para se conseguir esse objetivo precisavam de uma determinada imagem de indivíduo não-branco.

Existia uma variedade de línguas africanas que competiam espaço com a língua portuguesa ou português brasileiro<sup>13</sup> e uma das soluções encontradas foi a formulação da gramática em quimbundo pelo padre jesuíta Pedro Dias. Para solucionar esse problema de comunicação e do grande número de línguas existentes, Dias formulou com base no latim tal gramática em língua quimbundo para assim conseguir entender e doutrinar os africanos e negros na fé cristã em sua própria língua. Para Guisan (2009), a tradução era formulada com base no latim porque era a língua da cristandade internacional e, portanto, considerava a delimitação de uma língua enquanto uma forma de se demarcar espaços e diferenciar negros e africanos.

<sup>12</sup> Essa expressão dará origem ao termo “classes perigosas”, utilizada por Mary Carpenter (1840) em estudo sobre a criminalidade e “infância culpada”, onde o termo tinha delimitações específicas. No Brasil, aparece no debate parlamentar do pós-abolição com o viés apresentado pelo francês M. A. Frégier em livro publicado sobre “as classes perigosas da população nas grandes cidades”, que em seu conteúdo dava margem para associar diretamente pobreza e criminalidade, não havendo precisão na fronteira entre classes pobres e classes perigosas (CHALHOUB, 1996: 20-29). Aqui, entendemos que o que viria a se entender enquanto classes perigosas, faz parte de uma construção social forjada a partir da chegada dos africanos ao Brasil, o “elemento perigoso” africano, logo cederia lugar aos negros de maneira geral, representação que se consolidou no imaginário brasileiro, causando sérios prejuízos aos afrodescendentes.

<sup>13</sup> Termo usado tanto por Edith Pinto e Emiliano Bonvini em seus trabalhos.

Tratamos somente das regras gerais, que pertencem a todas as línguas, e que se podem acomodar à dos Ambundos, deixando as especiais da língua latina. Porém porei a primeira palavra da regra latina, e o exemplo da língua angolana, declarando o exemplo da mesma língua, para que se saiba a palavra que pertence a regra de que se trata. (DIAS, 1697, p. 33)

Podemos pensar, dentro do que Guisan expõem em seu trabalho, as resistências em relação a essa linguagem culta vigente na colônia. Um exemplo é o Cafundó e Tabatinga como línguas secretas que, podemos supor, tinham como objetivo a ajuda mútua entre seus condescendentes e a diferenciação desses dos demais como uma identidade coletiva.

Nessa perspectiva, José Ribamar Bessa-Freire, (2008) salienta que a formação da língua geral indígena só foi possível com a investigação dos jesuítas que se utilizaram de uma língua de filiação tupi compreendida por indígenas de outras línguas. Do mesmo modo o quimbundo, língua falada e compreendida pela maioria dos africanos, negros e por algumas línguas da família banto muito próximas entre si, possibilitando a intercomunicação, com início ainda no continente africano (BESSA-FREIRE, 2008). Portanto, as línguas africanas aqui chegadas gradativamente foram perdendo seus sentidos semânticos e mudaram significativamente, pois esses africanos já não tinham como única referência suas línguas maternas, tampouco o português de Portugal. Esse africano tinha que reconstruir seu modo de se expressar e de entender, começando a se aproximar das outras línguas, entre elas as ameríndias.

Para Bonvini (2008), a escolha do quimbundo se deu por existir na Bahia um grande número de falantes dessa língua, mas na formulação desta e de outras gramáticas existia como base uma língua específica: o latim. Da mesma forma que se utilizaram do tupi no Brasil, os jesuítas fizeram com o quimbundo, não por ser a única língua existente, mas porque era a que julgaram mais próxima da maioria utilizada pelos africanos, negros e escravizados.

### A língua problema e as resistências

Como já vimos temos muitas problemáticas quando tratamos sobre a língua

do Brasil e se torna impossível não as relacionar com outros momentos da história desses africanos no território. Assim, Silvia Lara (2002) mostra a complexidade de se definir a etnia de determinados grupos de africanos, pois esses eram denominados conforme o local de captura, aspecto religioso, portos de embarque ou até mesmo por comportamento. Fazendo assim, com que diversos grupos fossem colocados em contato mesmo antes da chegada à nova terra, isso fez com que a identidade e o reconhecimento deles fossem dados de outra forma. E entre essas mudanças ocorreu o surgimento de novas línguas, diante do contato que mantiveram com as outras aqui existentes – português e indígenas.

Além dessa questão, Lara nos demonstra que, através dessas duas formas de compreensão da língua – gramática e vocabulário – foi possível ao jesuíta Pedro Dias e a um sujeito de nome Costa Peixoto tirem contato com a língua quimbundo e geral de mina. Uma usada para catequizar os negros e o outro como manual de como lidar em situações perigosas ou não com os negros nas Minas Gerais. Contribuindo para o domínio sobre esses negros, com o intuito de impedir revoltas, fugas, morte de senhores pelos seus escravos entre outros medos que atormentavam a sociedade escravista.

As línguas faladas pelos africanos e seus descendentes no Brasil também eram consideradas um problema, mesmo que esses não estivessem em seus territórios de nascimento, porque estavam em grande número e vinham de diversas regiões, dificultando o trabalho dos religiosos, com o agravante de em um só local ser possível encontrar diversas línguas. Tanto línguas africanas como as novas línguas formuladas - utilizadas pelos africanos na busca de se comunicarem entre si, eram línguas com base no português, algumas secretas como Tabatinga e Cafundó.

Bonvini (2008) propõe um debate interessante sobre as influências das línguas africanas no português falado no Brasil e, ao problematizar a questão da influência africana na língua do Brasil, coloca em pauta o tema da crioulização das línguas aqui desenvolvidas, mas ressalta a dificuldade de pesquisa do tema pela falta de fontes disponíveis. Concorda com ele, Edith Pinto (1993), ao revelar que a

documentação sobre as línguas são escassas no Brasil do período colonial já que não existia um interesse em registrar tais línguas e que essas eram contidas em muitos casos pelos particulares. Ou seja, isso nos leva a entender que o uso das línguas africanas pelos escravizados no Brasil podia os ajudar de alguma forma dentro do sistema escravocrata existente. Segundo esses mesmos autores, as línguas africanas aqui chegadas não foram registradas em documentos oficiais, prejudicando nosso conhecimento das diversas línguas. O que temos são relatos de viajantes e cientistas, como Nina Rodrigues, que mapeou essas diversas línguas<sup>14</sup>.

Acredito ser possível perceber essa brecha no sistema existente com o trabalhado desenvolvido pela Drª. e professora Ivana Lima em seu projeto<sup>15</sup>, em que ela trabalha com dois jornais de publicações diárias no Rio de Janeiro – Diário do Rio de Janeiro e o Jornal do Comércio – em que acumula informações de 602 escravos fugidos, dos quais 360 eram africanos de diferentes nações, 188 crioulos de várias partes do país, 48 de origem não determinada e 2 escravos de Montevidéu e 1 de Martinica. Ou seja, esses eram homens e mulheres que tinham ofícios ou habilidade que possivelmente exigia algum domínio do português, aumentando o seu valor de mercado, podendo lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida seja como fugido ou como um escravo/liberto estimado e com chances de ascender dentro de seus limites.

Resistência é originariamente um termo ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*<sup>16</sup>; o antônimo familiar é *de/sistir* (BOSI, 2002, p. 118).

<sup>14</sup> Redigido entre 1890 e 1905, mas publicado somente em 1932 – formulou de “o problema” das influências das línguas africanas no português falado no Brasil. Esse “problema” está relacionado ao contexto das teorias eugenistas do século XIX e toda a discussão em torno da nação brasileira e as heranças africanas. Apoiado em Macedo Soares (1880-1886) e de João Ribeiro (1897), Rodrigues afirma a “a influência das línguas pretas no falar brasileiro” e a necessidade de “buscar a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole” (RODRIGUES, 1932, *apud* BONVIVI, 2008, p. 15-16).

<sup>15</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas** - sentidos de mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

<sup>16</sup> Grifo do autor.

Enquanto instrumento de identidade, “falar é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33) e se pensarmos dessa forma, foi instrumento do “desenraizamento do cativo na África e na América” (ALENCASTRO, 2000). Para Alencastro, um dado fundamental do sistema escravista é a dessocialização – retirada do indivíduo da sua comunidade nativa –, completada com a despersonalização, isto é, sua conversão em mercadoria. O autor ressalta que ambos os processos transformam o escravizado em fator de produção polivalente e apresentam-se como uma das constantes em sistemas escravistas. Para nós é cabível verificar que somado a isso, existia a mistura de idiomas e de etnias, chegando a ser registradas mais de setenta línguas diferentes entre os deportados<sup>17</sup>, em um contexto em que o português era também usado como “língua veicular por falantes de outras línguas” (LIMA, 2012, p. 356).

Assim, entendemos a língua nesse imbricamento, compreensível à luz das dinâmicas sociais na qual os indivíduos estão inseridos e, nesse sentido, é que percebemos a relação entre língua, poder e resistência entre o europeu e os povos dominados de África e Brasil. Bell Hooks<sup>18</sup> nos fala que:

Como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras. Fala a si mesma contra a nossa vontade, em palavras e pensamentos que invadem e até violam os espaços mais privados da mente e do corpo. Foi no primeiro ano de faculdade que li um poema de Adrienne Rich, chamado “The Burning of Paper Instead of Children” (Queimar papel em vez de crianças). Esse poema, falando contra a dominação, o racismo e a opressão de classe, procura ilustrar de modo claro que pôr fim à perseguição política e à tortura de seres vivos é uma questão mais vital que a censura, que queimar livros. Um verso desse poema que comoveu e perturbou algo dentro de mim: “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você”. Nunca o esqueci. Talvez não conseguisse esquecê-lo, nem que tentasse apagá-lo da memória. As palavras se impõem, lançam raízes na nossa memória contra nossa vontade. As palavras desse poema geraram na minha memória uma vida que eu não pude abortar nem mudar (HOOKS, 2013: 223).

<sup>17</sup> E. Vila Vilar *apud* Alencastro, 2000, p. 148.

<sup>18</sup> A autora assina assim, em letras minúsculas e, em respeito à sua subversão acadêmica, reproduzo aqui a sua forma de referir-se a si mesma. Ela fala do inglês padrão, mas ao pensarmos a experiência diáspórica, notamos elementos comuns e um *modus operandi* dos colonizadores, tanto coloniais, quanto neocoloniais (a penetração dos territórios pela missão religiosa e exploradora, os estudos de linguística, etc.).

Segundo a autora, linguagem é uma das formas de opressão presentes na sociedade, na qual o domínio da “língua padrão” distingue os indivíduos que não tem acesso a determinados códigos. Para ela, o inglês padrão é a língua da conquista e da dominação, que oculta a perda de muitos idiomas, não sendo um problema em si, mas o uso que se fez dela, como a tornam uma arma capaz de colonizar. Uma vez tomada como espaço de resistência do indivíduo diaspórico, de “formação de laços”, uma forma de recuperação do poder pessoal e um modo de construir a comunidade e a solidariedade necessária para resistir (*Idem*, 227), esse sentido se transforma. Hooks, ressalta também a transformação do inglês em uma contralíngua, na criação de um “vernáculo negro” (*Ibidem*, p. 228), fazendo com que fosse preciso ao colonizador repensar o sentido da língua inglesa. A autora nos mostra que o uso “incorreto” do inglês rompia com o costume e os sentidos padronizados, tornando-as incompreensíveis aos brancos. Para ela,

O poder dessa fala não é simplesmente o de possibilitar a resistência à supremacia branca, mas também de forjar um espaço para a produção cultural alternativa e para epistemologias alternativas - diferentes de pensar e saber que foram cruciais para a criação de uma visão de mundo contra-hegemônica (HOOKS, 2013, p. 228).

Logo, podemos pressupor que algumas formas de interação linguística dos indivíduos da Diáspora africana, a partir dos vínculos comunitários e das relações sociais, traçaram estratégias de resistência ao sistema escravista. Além disso, a comunicação entre os africanos e seus descendentes, em alguns casos, se utilizará da habilidade de domínio das línguas maternas (africanas), do português, da língua indígena, entre outras formuladas por eles, em um emaranhado de línguas daquele continente, dos nativos Pindorama<sup>19</sup> e o português brasileiro, gestado naquele contexto, abrindo possibilidade de articulação entre os diversos povos que passaram a ter em comum a experiência do cativeiro e a necessidade de sobreviver a ele.

## Considerações Finais

<sup>19</sup> Em Tupi-guarani significa “Terra das Palmeiras” e era o nome utilizado pelos nativos para designar o território que viria a se chamar o Brasil.

A partir da ideia de que a questão da língua, da comunicação é um fato mundial, que revela muito da particularidade de grupos e sua capacidade de se relacionarem (STEINBERG,1997), este trabalho teve como principal objetivo pensar a comunicação entre os negros vindos de África e de seus descendentes no emaranhado de línguas africanas e do português brasileiro que estava se formando no contexto do período colonial no Brasil. Na busca por entender como eram possíveis as resistências através da fala, a partir de diversas estratégias que iam desde a utilização do quimbundo a língua do opressor. Assim, percebemos que mesmo nesse momento a comunicação era possível e a resistência através da fala nascia por uma parte das línguas africanas descendentes de um mesmo tronco linguístico, mas também por serem reformuladas em diversas circunstâncias.

Assim como a utilização da língua como instrumento de resistência, podemos ver seu uso para a dominação dos povos conquistados nas duas costas do Atlântico que, a partir da penetração pela via missionária foi possível o desenvolvimento dos estudos de linguística e posteriormente a formulação de gramáticas nas línguas nativas. Nesse sentido, identificamos que o domínio de um idioma comum serviria tanto para o domínio colonial, quanto para a articulação entre os dominados e que essa correlação de forças se daria incessantemente.

Em diferentes níveis se dava a comunicação e a disseminação da linguagem, como no caso da menina Catarine, conhecedora da língua Ambundo, mesmo pertencendo a uma família portuguesa. Logo, existia a necessidade de garantir que o português não fosse sobrepujado pelas diversas línguas (ou uma linguagem que surgisse a partir dessa fusão). Isso se conseguiria estereotipando quem não se adaptasse ao uso corrente do português, que se tornaria o “português brasileiro”, devido a imposição de vocábulos africanos (ou da mistura dos diversos vocábulos), estabelecendo a herança africana também no que diz respeito ao nosso português.

## Fontes

BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionaria Africana**: África Ocidental. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1469-1599, vol. 4.

BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionaria Africana**: África Ocidental. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1647-1650, vol. 10.

BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionaria Africana**: África Ocidental. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1656-1665, vol. 12.

DIAS, Pedro. **Arte da Lingua de Angola oferecida a virgem senhora N. Do Rosario, māy, & senhora dos mesmos Pretos**, Pelo P. Pedro Dias, da Companhia de Jesus. Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessarias. Anno 1697 (disponível em archive.org)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANTINO, Marcia. Os jesuítas e seus escravos na capitania do Rio de Janeiro, século XVIII. In: Eunícia Fernandes. (Org.). **A Companhia de Jesus na América**. 1 ed. Rio De Janeiro: Puc Rio e Contra Capa, 2013, v. 1, p. 115-137.

ALMEIDA, Maria. **Evangelizar e Reinar**: poder e relações sociais na prática missionária do Rio de Janeiro colonial. Caminhos (UCG), v. 4, p. 115-141, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALKMIM, Tânia Maria. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: CARMO, Laura e LIMA, Ivana Stolze (Org.). **História Social da Língua Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 247-264.

BESSA-FREIRE, José R. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: CARMO, Laura e LIMA, Ivana Stolze (Org.). **História Social da Língua Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p.119-149.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, Jose Luis e PETTER, Margarida (Org). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FANON, Frantz. O negro e a linguagem. In: **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 33-53.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e epidemias na Corte imperial. São

Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUISAN, Pierre. Língua: A ambiguidade do conceito. In: BARRETO, Mônica e SALGADO, Ana (Org.). **Sociolinguística no Brasil**: Uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. Rio de Janeiro: Edição 7 Letras: Faperj, 2009. p. 17-27.

LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50. 2012, pp. 352-369.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLÉS, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 469-497.

LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro. In: Wilma Peres Costa; Cecília Helena de Salles Oliveira. (Org.). **De um império a outro: Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2007. p. 63-98.

LARA, S. H. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. In: Feldman-Bianco, Bela; Miguel Vale de Almeida; Cristiana Bastos (Org.). **Trânsitos Coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 205-225.

MELLO, Heliana. Modelos de formação da língua nacional sob a perspectiva do contato de populações. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. pp. 295-313

PINTO, Edith Pimentel. O português no Brasil: época colonial. In: PIZARRO, Ana (org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. vol. 1. São Paulo/Campinas: Memorial/ Unicamp, 1993. p. 515-525.

PINHEIRO, C. Claudio. **Língua e conquista**: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvores da modernidade. pp. 29-64.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. O Rio de janeiro Imperial e suas Áfricas Visíveis. In: **Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**, 2002, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. v. 1. p. 107-165.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **A Carceralização da Escravidão**: A emergência de um problema. Maracanã, 2008, v. 1, p. 107-134.

SOUZA, Marina de Mello. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. Revista Aro-Ásia, 28 (202), 125-146.

STEINBERG, Jonathan. O historiador e a questione della lingua. In: BURKE, P. e

PORTER, Roy (Orgs.). **História Social da Linguagem**, São Paulo: Unesp/Cambridge, 1997.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de Todos os Santos**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

VENTURA, FELIPA Marques. **Os Jesuítas Portugueses em África: A sua ação no quadro da Organização não-governamental Leigos para o Desenvolvimento**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Dissertação de Mestrado, 2015.